

O arquivo pessoal e a memória social

Caetana Britto¹

Caetana Britto – preservação de acervos

Myrian Sepúlveda dos Santos²

Programa de Pós-Graduação em História Social/Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Yves Ribeiro Filho³

yvesribeiro.com

Resumen

El artículo ofrece un análisis del archivo personal como instrumento fundamental de la construcción de una memoria individual y colectiva a través de la investigación realizada para el libro *Quatro histórias, Duas colônias, Uma Ilha*, escrito por la historiadora Myrian Sepúlveda Santos. Trata sobre cuatro personajes que vivieron en diferentes perspectivas (presos, guardias, familiares) en las colonias penales, después presidio, de la Ilha Grande que funcionó de 1894 hasta 1994 en el departamento de Rio de Janeiro, Brasil. El libro presenta una trama histórica e historiográfica tejida con documentos provenientes de archivos institucionales y de archivos

1 Estudió Letras en la Universidade de São Paulo y se especializó en Conservación-Restauración de acervos en papel en el SENAI. Pasantía en el MAC / USP, en el Arquivo Histórico da Fundação Bienal de São Paulo y en la Library of Congress, Washington DC. Trabaja en conservación-restauración de obras gráficas y en proyectos de preservación. Dirección electrónica: caetanabritto@gmail.com.

2 Profesora titular de la Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doctorado en Sociología, por la New School for Social Research y Posdoctorado en el Centro de Estudios Latinoamericanos (University of Cambridge); Centro de Investigación sobre Relaciones Sociales (Université de París V), y en el Centro de Estudios Sociales (Universidade de Coimbra). Dirección electrónica: myrian.sepulveda.santos@gmail.com

3 Diseño Industrial y Comunicación Visual por la Fundación Armando Álvares Penteado (FAAP), São Paulo, 1980. Designer, productor gráfico, director de arte, ilustrador, fotógrafo. Desarrolla proyectos gráficos de libros y revistas, identidad corporativa y proyectos expositivos.

personales. Esta trama posibilitó la revelación de vivencias y traumas de gran potencia para la historia social que, sin embargo, permanecen ocultos en las narrativas oficiales.

Palabras clave: archivo, historia, preservación, presidio de Ilha Grande

Abstract

The article offers an analysis on personal files as a fundamental instrument of the construction of the individual and collective memory, through the research for the book *Quatro histórias, Duas colônias, Uma Ilha*, written by historian Myrian Sepúlveda Santos. The book is about four characters who lived in different perspectives (prisoners, guards, relatives) in the penal colonies, then prison, of Ilha Grande that functioned from 1894 to 1994 in Rio de Janeiro state, Brazil. The book presents a historical and historiographic tissue woven by documents from institutional and personal archives. This seam allowed the revelation of experiences and traumas of great power for social history that, however, remain hidden in official narratives.

Keywords: archive, history, preservation, Ilha Grande prison

O arquivo pessoal

Uma definição simplificada de arquivo pessoal pode ser: conjunto documental produzido e acumulado por um indivíduo durante a sua vida. Os arquivos pessoais, frequentemente relegados ao abandono ou ao descarte pelos descendentes ou representantes dos titulares, são hoje percebidos como uma importante fonte de informação e conhecimento. No meio arquivístico internacional se fala em “archive fever”, uma onda de valorização destes arquivos tal a riqueza de interpretações que os documentos pessoais suscitam, em seu arranjo orgânico original e na sua diversidade de materiais.

Diversas áreas das ciências sociais como a teoria literária, os estudos culturais e a história social, tem feito uso de documentos de arquivos pessoais explorando o estudo das idéias no seu próprio contexto; a relação entre o discurso histórico e a construção de identidades; as conexões entre discurso histórico e formas narrativas; a relação entre memória e esquecimento e entre formas e papéis de sociabilidade.⁴

4 Personal Archives and Historical Writing in Brazil: A Critical Review, IUMA-TTI, Paulo Teixeira e NICODEMO, Thiago Lima. Dirección electrónica: yvesrff@gmail.com



Fachada da CADF em 2017. Autor Yves Ribeiro Filho



Placa da construção da CADF, Dois Rios, 2017. Autor Yves Ribeiro Filho



Nas ruínas, portão da CADF, lacrado, 2017. Autor Yves Ribeiro Filho

O crescente interesse pelos arquivos pessoais como fonte primordial de pesquisa traz consequências diversas, entre as quais a necessidade de sua preservação. A complexidade da preservação de um arquivo pessoal está na diversidade de materiais e, principalmente, na diversidade cronológica destes. Constitui-se no tempo como materialidade da memória, da história. Documentos como fotografias e álbuns, manuscritos e periódicos, diários e livros, desenhos e memorabilia, atravessam gerações na guarda de uma família ou grupo sendo manuseados e eventualmente acrescidos de novos e diversos materiais. Ou permanecem ocultos, congelados em armários e gavetas. Como escreveram Humberto Eco e Jean-Claude Carrière na obra “Não contem com o fim do livro”:

Os arquivos, as bibliotecas são estes frigoríficos nos quais armazenamos a memória a fim de que o espaço cultural não fique abarrotado com toda essa quinquilharia, mas sem com isso renunciar a ela. Poderemos sempre, no futuro, se o coração nos ditar, voltar a eles.

Os arquivos pessoais podem permanecer em propriedade de seu titular ou descendentes ou serem transferidos para uma instituição. Quando ganham notoriedade e valor em razão da biografia ou da atividade do seu titular, passam a ser considerados “de interesse público”, podendo tornar-se propriedade de arquivos institucionais por meio de doação ou aquisição. A transferência de propriedade, privada para pública, nem sempre facilita o acesso aos documentos do arquivo. Sem mencionar as muitas implicações legais, de direitos por exemplo. O Brasil tem legislação que trata dos direitos autoral, moral e de propriedade, mas frequentemente a realidade ultrapassa a norma levando à análise caso a caso. O tema dos direitos autoral, moral e de propriedade é especialmente delicado quando se utilizam arquivos pessoais como fonte histórica, principalmente na ausência do titular. A junção de interesses científicos ou artísticos e pecuniários está longe de ser tranqüila e pode inclusive impedir ou prejudicar a exteriorização de documentos que seriam, a princípio, de interesse público. Não raro a construção meticulosa de uma obra histórica pode demorar anos, tempo suficiente para que as relações que permeiam os arquivos pessoais se transformem, alterando significativamente o próprio conteúdo da obra. No livro “Documentos privados de interesse público - O acesso em questão”, Roberto DaMatta menciona um artigo escrito em 1950 por Claude Lévi-Strauss em que este fazia um paralelo entre o historiador e o antropólogo no que toca a alteridade. Segundo ele, o antropólogo trabalharia com alteridades geográficas e o historiador com alteridades temporais (DaMatta 2005 58). São muitas as condicionantes que interferem na pesquisa e na seleção dos materiais de

arquivos pessoais, a alteridade temporal e os direitos – autoral, moral e de propriedade, são apenas duas dentre outras. A grande diversidade de materiais encontrados em arquivos pessoais ou privados, como preferem os profissionais da área, é também um fator importante na composição das fontes. As fotografias, por exemplo, fornecem informações de uma riqueza ímpar, mas para a sua interpretação e análise dependem da identificação do local, das pessoas e do contexto nelas registrados. E se não há quem seja capaz de identificar estes elementos, as fotografias permanecem imagens sem nexos com a história. Os arquivos privados que ficaram por gerações na guarda de um grupo ou família, se não foram fonte de conhecimento desse próprio grupo ou família, da memória compartilhada, podem não ser mais reconhecíveis e perder a sua importância como fonte. Um dos grandes agentes de degradação de acervos é justamente o mais discreto, a dissociação da informação. Por outro lado, um arquivo periodicamente reativado pelo grupo ou família mantém o conhecimento destes sobre si mesmos atualizado, permitindo que a memória, antes compartilhada em escala familiar, possa ganhar outra escala, a coletiva, social.

O livro *Quatro histórias, Duas colônias, Uma ilha* escrito pela historiadora Myrian Sepúlveda Santos e com edição e direção de arte de Yves Ribeiro, revela a profunda conexão entre memória pessoal e social. Na obra, a história das duas colônias penais que existiram na Ilha Grande, estado do Rio de Janeiro, é analisada através de uma densa trama formada pela narrativa oral e por documentos de arquivos pessoais de funcionários e detentos que lá viveram e por documentos oficiais pertencentes aos arquivos públicos.



Arraia com 600 kg pescada ao largo da ilha Grande; 1943. Acervo Yves Ribeiro

A memória social

Embora a primeira formação de Myrian Sepúlveda Santos seja de historiadora, seu aprendizado posterior foi em sociologia, quando procurou analisar narrativas da história e da memória em museus e outras instituições memoriais, como bibliotecas, arquivos e até mesmo jardins botânicos. Nesta nova perspectiva passou a considerar um novo dado às fontes, fossem elas documentos ou bens culturais que tinha sobre o passado: o processo seletivo que ocorre no presente.

O grande teórico da memória social foi sem dúvida Maurice Halbwachs (1994), que já nos anos 1920 questionava a escrita da história, considerada por muitos fidedigna, porque baseada em fontes e provas documentais. Discípulo do sociólogo francês Émile Durkheim, Halbwachs enfatizou a presença de uma orientação coletiva no processo seletivo, orientação esta marcada por consensos existentes em determinados contextos sociais sobre o que seria importante lembrar. Pode-se dizer que este foi o primeiro *insight* trabalhado de forma sistemática no campo da sociologia sobre os problemas relacionados à recuperação do passado.

Na década seguinte, contudo, já sofrendo as consequências da ascensão do nazismo, o crítico literário alemão Walter Benjamin, que mantinha diálogo com diversos pensadores daquela que foi posteriormente denominada Escola de Frankfurt, foi extremamente crítico das narrativas históricas, chamadas por ele de historicistas, que não consideravam disputas pelo poder, vazios e esquecimentos. Tornou-se célebre e debatida sua afirmação de que nunca houve um documento da cultura que não fosse também um documento da barbárie (1987 222-232). Alguns de seus intérpretes utilizam a palavra monumento ao invés de documento, ampliando o sentido dado por ele às fontes materiais da cultura. Contudo, no mesmo texto onde critica o historicismo, Benjamin, ao mesmo tempo em que associou monumentos aos vencedores, enfatizou também que são justamente os vestígios do passado, incluindo documentos e monumentos de toda sorte, que guardam em si a possibilidade de uma crítica, para ele, redentora e messiânica. A tensão foi colocada em torno, por um lado, do uso da cultura material para fins do discurso vencedor, e, por outro lado, de seu potencial emancipador por trazer marcas de um passado ao qual temos muito pouco acesso. Havia a preocupação com as forças do presente que interferem nas construções do passado, que são na maior parte das vezes impostas a partir da visão dos vencedores e com a intenção de manutenção do *status quo*. Mas havia também a percepção de que fontes materiais permitem novos aprendizados sobre o passado.



Estevinha, esposa do médico Yves Ribeiro,
com irmãs, na Vila de Abraão, 1944.
Acervo Yves Ribeiro



Carmen, filha do médico Yves
Ribeiro e detento, ajudante na casa,
1946. Acervo Yves Ribeiro

Mais recentemente, Jacques Derrida, em seu texto sobre a febre do arquivo, defendeu a impossibilidade de recuperação da inscrição original que estaria presente em documentos oficiais, arquivos pessoais e, até mesmo, nas marcas inscritas em corpos humanos, neste último caso em discussão direta com a noção de inconsciente de Freud. Segundo o filósofo francês o processo de arquivar tanto traz o evento do passado, como o produz. As tecnologias relacionadas às práticas de arquivo determinam o sentido que o arquivo traz com ele. É necessário, portanto, perceber o que é arquivado e por que lógica. A tentativa do arquivo de trazer a verdade, o momento original, o instante único em sua evidência estaria em tensão permanente, pois o trabalho de preservar uma determinada memória, em detrimento de outras memórias, teria como consequência o desaparecimento destas últimas (Derrida 1996).

Estas contribuições proporcionam uma série de cuidados e diretrizes para aqueles que trabalham com fontes documentais, quaisquer que sejam. Na pesquisa de Myrian sobre as prisões da Ilha Grande, elas, certamente, estiveram presentes. Ao procurar informações de prisões que existiram há muitos anos atrás (Derrida 1996), das quais não havia testemunhas vivas, precisou ir a arquivos e investigar as fontes oficiais. Refere-se à pesquisa



Dr. Yves, ao centro, em churrasco de funcionários em Dois Rios, 1946.
Acervo Yves Ribeiro



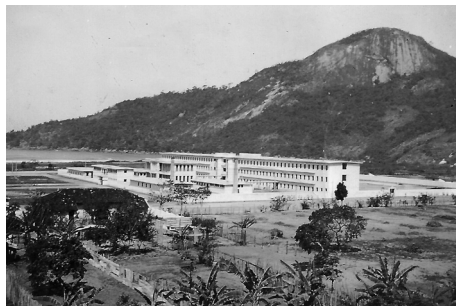
Funcionário Ivo Moura, ladeado pelos dois filhos, com a CADF ao fundo. 1942.
Acervo Olí Demutti Moura

sobre a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, criada em 1894. Embora a Colônia Correcional só tenha sido extinta formalmente em 1955, a partir de 1938, ela ficou subordinada à recém-criada Penitenciária Agrícola.



A primeira Colônia Correcional construída em 1894, na Vila de Dois Rios.

Acervo Yves Ribeiro



Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF), Dois Rios, 1941.

Acervo Yves Ribeiro



Ruínas da CADF, Dois Rios, 2017.

Autor Yves Ribeiro Filho

Para essa pesquisa, procurou ofícios e relatórios sobre números de presos, fugas, doenças, mortes, carência de recursos, reclamações de instalações precárias, mudanças na lei, relatórios de alimentos comprados e gastos orçamentários. Esses documentos, contudo, foram escritos pelos oficiais responsáveis pela instituição em seus vários níveis. Os documentos afirmavam que a instituição tinha por objetivo manter longe das ruas da capital as pessoas pobres e sem recursos, que eram acusadas de perambular pelas ruas, mendigar, prostituir-se, alcoolizar-se e jogar capoeira.

Estudos históricos da época apontam que no período pós-escravista, em que se constituía o trabalho assalariado, o “vadio”, descrito pelas leis como sendo aquele que não trabalhava e que não tinha recursos para se manter, foi duramente reprimido. Se é possível inferir que esses indivíduos eram pouco valorizados pelas autoridades e por parte da população com maior influência e poder político, pouco se pode afirmar sobre o tratamento

dado aos internos. Eles não deixaram testemunhos, não tinham acesso à imprensa, amigos influentes e em grande parte não eram nem mesmo alfabetizados.

A crueldade no trato dos indivíduos enclausurados, o excesso, o não cumprimento das leis, a corrupção, nada disso aparecia nos relatórios. Algumas matérias da imprensa denunciaram a situação precária de sobrevivência dos pobres e mendigos que eram mantidos na ilha em regime de trabalhos forçados e maus tratos, mas estas eram poucas e não pareciam influenciar mudanças significativas na dinâmica prisional. Uma fonte de informação importante surgiu a partir das biografias deixadas por presos políticos, os quais, durante o período do Estado Novo, estiveram junto àqueles que cumpriam toda sorte de sentença, desde mendicância até assassinato. Ainda assim, eles deixaram suas visões sobre um universo do qual não faziam parte e pouco compreendiam.

Uma mudança importante ocorreu a partir do momento que as prisões estudadas tinham testemunhas, pertencentes tanto ao grupo de guardas, policiais e administradores, como também ao grupo daqueles que estavam detidos cumprindo pena. Antes de continuar a descrever esta segunda parte da pesquisa (Bourdieu 1996 183-191), seria pertinente ainda trazer para o presente duas reflexões, deixadas sob a forma de artigo, que exercem bastante influência no neste campo de estudo: “A ilusão biográfica”, de Pierre Bourdieu, e “Memória, esquecimento, silêncio”, de Michael Pollak (1989 3-15). O sociólogo francês adverte que as biografias tentam proporcionar a ilusão de que escolhas e práticas foram sempre tomadas segundo uma lógica única e capaz de orientar quem traz memórias de vida para o presente. Na tentativa de ordenar e tornar lógicos os acontecimentos que são frutos muitas vezes do acaso e do não intencional, autores apresentam acontecimentos de suas vidas pregressas segundo um grande e único sentido. Pollak é o criador do termo “memórias subterrâneas”, que representa aquelas memórias que sobrevivem em contextos de dominação, seja em relação ao Estado ou a grupos majoritários. Essas são memórias envergonhadas ou proibidas, ou seja, que sobrevivem apesar de cerceadas pela violência ou pelo consenso da maioria.

Novamente as observações desses dois autores foram extremamente úteis no desenvolvimento da pesquisa sobre as prisões mais recentes da Ilha Grande. Todos aqueles que vivenciaram acontecimentos sobre o período estudado trouxeram suas memórias, muitas vezes tendo como suporte arquivos e documentos pessoais, para compor uma história bem

mais complexa do que se poderia supor. Os vazios da história dizem apenas que há períodos em que testemunhas foram silenciadas, mas o não dito traz com ele uma infinidade de possibilidades. Quando temos, contudo, testemunhos e vozes diferenciadas sobre um mesmo acontecimento é importante procurar se mover no emaranhado de fatos e evidências.



Desembarque pelos detentos das casas de madeira vindas do Paraná, 1942.

Acervo Yves Ribeiro



Foto dos detentos assistindo ao hasteamento da bandeira, com anotação do Dr. Yves, 1942. Acervo Yves Ribeiro

Desta forma pesquisas de passado recente contam com inúmeras contribuições de testemunhas e se transformam a cada momento. Um primeiro impacto na pesquisa, desta vez sobre as colônias agrícolas que foram instaladas a partir de 1938 e a formação do Instituto Penal Cândido Mendes, que lhes sucedeu e foi desativado em 1994, surgiu quando foi encontrado na internet um *blog* de um grupo de antigos moradores da Vila Dois Rios, local em que as prisões foram instaladas.

O *blog* sobre memórias da Ilha Grande possibilitou o contato com algumas pessoas que haviam sido moradores da Vila Dois Rios, na década de 1940, quando lá funcionava a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF). Conhecimento e amizade se formaram e através de depoimentos e de diversos suportes materiais, como fotografias, louças e quadros. Surge uma nova narrativa sobre a vida naquele território onde uma penitenciária federal fora instalada em meio a uma vila ocupada por guardas e policiais militares, com suas respectivas famílias. A partir das narrativas obtidas pode-se perceber que, apesar da presença de detentos trabalhando nas ruas e nas casas dos funcionários, das sirenes e do ordenamento do tempo, havia dois universos coexistindo: um intramuros, com medidas da segurança, sofrimento e insegurança e outro extramuros, que era acessível aos moradores da vila. A invisibilidade da violência intramuros acontecia no microcosmos daquelas famílias, mas não deixa de ser uma metáfora do que acontece em nossa sociedade.



Interior da área das celas no subsolo da Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM), Vila do Abraão, 1974. Autor Yves Ribeiro Filho



Vista do CPCM, Abraão, 1942. Acervo Yves Ribeiro

Os documentos de arquivo pessoal foram surgindo aos poucos no decorrer da pesquisa. Cartas de presos do Comando Vermelho foram doadas à equipe de pesquisa, assim como objetos que haviam sido retirados dos escombros e ruínas do IPCM, após este ter sido implodido em 1994. Os objetos que foram doados e que hoje fazem parte do Museu do Cárcere, inaugurado na Ilha Grande em 2009, foram preservados por seus donos como forma de manutenção de uma “verdade” que autoridades e sociedade tentaram apagar. Pode-se dizer que as memórias subterrâneas eram muitas. Grandes painéis de aço foram transformados em vasos de planta, até o momento do retorno. Armas improvisadas pelos que estavam encarcerados apareceram e foram doadas ao museu. Livros das bibliotecas das penitenciárias, com comentários e inscrições também hoje fazem parte do acervo do museu. Processos inteiros foram guardados como forma de lembrança por guardas envolvidos na captura de fugitivos porque tiveram repercussão na imprensa.



Vila de Dois Rios, 1942. Acervo Yves Ribeiro



Vista interna do portão de entrada da CADE, Dois Rios, hoje Museu do Cárcere. 2017

Cada um destes objetos trazia consigo uma história para aqueles que os preservaram. Foram várias histórias e várias memórias, algumas se cruzaram, outras nem tanto. Mas trouxeram significados que, até então, não estavam presentes nas narrativas disponíveis em arquivos institucionais.

Bibliografia

- Benjamin, Walter (1987 [1940]). Teses sobre o conceito da história. In Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. (pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, Pierre (1996). A ilusão biográfica. In: Amado, J.; Ferreira, M. (Orgs). Usos & Abusos da História Oral (pp. 183-191). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DaMatta, Roberto (2005). “Comentário” em Documentos privados de interesse público – O acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- Derrida, Jacques (1996). Archive Fever. Chicago: University of Chicago Press.
- Halbwachs, Maurice (1994). Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Albin Michel.
- Iumatti, Paulo Teixeira e Nicodemo, Thiago Lima (2018). “Personal Archives and Historical Writing in Brazil: A Critical Review” en Revista Brasileira de História, vol.38 no.78 São Paulo. On-line version ISSN 1806-9347 http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-82018000200097&script=sci_arttext&tlng=en
- Pollak, Michael (1989). “Memória, Esquecimento, Silêncio” en Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2 (3): 3-15.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos y Ribeiro Filho, Yves (2017). Quatro histórias, Duas colônias, Uma ilha, Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Santos, Myrian Sepúlveda (2009). Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande (1894-1945). Rio de Janeiro: EDUERJ/Garamond.